

UBTECH COMERCIO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA  
RUA MARIZ E BARROS, 629, APTO 102 –  
JARDIM VINTE E CINCO DE AGOSTO – DUQUE DE CAXIAS – RJ  
TEL: (021) 99703-0963 / C.N.P.J.: 14.816.931/0001-77

**PROCESSADO  
NO SISTEMA**

Ao Ilustríssimo senhor Pregoeiro, designado a processar o Pregão Presencial nº 056/2023.

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo n.º 19.326/23

Data 18 / 10 / 2023

Fls. 02 Rubrica

**RECURSO ADMINISTRATIVO C/C PEDIDO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO**

Trata-se de recurso interposto pela empresa UBTECH COMERCIO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 14.816.931/0001-77, sediada na Rua Mariz e Barros, 629, Apto 102 – Jardim Vinte e Cinco de Agosto – Duque de Caxias - RJ, por seu representante legal infra assinado, referente às irregularidades constantes no Pregão Presencial nº 056/2023, da Prefeitura Municipal de Saquarema, Processo Administrativo nº 12.529/2023, por meio de petição, conforme parecer abaixo transcrito:

**2. DA TEMPESTIVIDADE:**

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, uma vez que a opção para interposição de recurso foi efetuada em 11/10/2023.

Conforme previsto na própria Ata do certame, bem como no Inciso XVIII, art. 4º da Lei 10.520/02:

*(...) declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos; (...)*

Considerando que, o dia 12 de outubro de 2023 foi feriado nacional e o dia subsequente, 13 de outubro de 2023, ponto facultativo, onde a Prefeitura Municipal de Saquarema não teve expediente administrativo, o prazo inicial da contagem de prazos deu-se em 16/10/2023, e, tendo por fim 18/10/2023 para sua interposição.

Por ser protocolado na presente data, trata-se, então, de um Recurso Administrativo tempestivo.

**3. PRELIMINARMENTE:**

Em primeiro plano, sobre o direito de petição, a RECORRENTE transcreve ensinamento do professor José Afonso da Silva, em sua obra "Direito Constitucional Positivo", ed. 1.989, página 382:

UBTECH COM. E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA 14.816.931/0001-77  
RUA MARIZ DE BARROS, N.º 629, SALA 102 - JD. 25 DE AGOSTO, DUQUE DE CAXIAS, RJ -CEP  
25.071-052

*4393*

“É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação”.

Também o renomado Mestre Marçal Justen filho, “in” Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed., pág. 647 assim assevera:

“A Constituição Federal assegura, de modo genérico, o direito de petição (art. 5º, XXXIV, a), como instrumento de defesa dos direitos pessoais, especialmente contra atos Administrativos inválidos. Além disso, a Constituição assegura a publicidade dos atos administrativos (art. 37) e o direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, inc. LV).”

Assim, requer a RECORRENTE que as razões aqui formuladas sejam devidamente atuadas e, se não acolhidas, o que se admite apenas e tão somente “ad argumentandum”, que haja uma decisão motivada sobre o pedido formulado.

#### **4. DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DO DIREITO:**

##### **4.1 – DA NÃO REALIZAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ADEQUADO.**

O estudo técnico preliminar para a contratação, constitui fase do processo licitatório que detém grande importância; é por meio dele que o Órgão licitante apresenta os dados referentes ao objeto da licitação, evidencia a real necessidade e os requisitos da contratação, traz a estimativa das quantidades estimadas, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, demonstra o levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar. Apresenta a estimativa de preços ou preços referenciais, traz a descrição da solução como um todo e, outros dados que possam dar suporte ao estudo. A não realização de estudo técnico preliminar **adequado** ao certame evidencia irregularidade da primeira fase, por ofensa aos artigos 6 e 7º, IX da Lei 8.666/93 e sujeita o responsável à aplicação de multa.

Na elaboração do parecer jurídico, a assessoria jurídica não pode esquivar—se da observância do princípio da motivação, não se justificando apenas uma conclusão de que o edital está em consonância com a Lei de Licitações.

O Estudo Técnico Preliminar apresentado, foi recomendado por 03 (três) integrantes, Servidores da Prefeitura de Saquarema, conforme página 42 do Volume 1 do PA 12.529/2023.

Segundo análise da Controladoria Geral do Município, foi sugerido o encaminhamento do presente processo à Secretaria municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia. E ao final (folha 72 do volume 1 do PA 12.529/2023), destaca:

“Destaca-se que o Controlador Interno não é ordenador de despesas, sendo esta atribuição restrita a gestor. Assim, em razão do processo de contratação, em análise, implicar em possível realização de despesas, a manifestação da Controladoria Interna deverá ser submetida ao Gestor da Pasta demandante, o qual passa a ser responsável

futuramente por todos os desdobramentos, caso o objeto pretendido se transforme em efetivo Contrato Administrativo.”

“À Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia, seguem os autos em prosseguimento para ciência da manifestação dessa CGM e providências, não sendo de nossa competência adentrar na análise de conveniência e oportunidade do ato a ser praticado”. *Marco Aurélio Sampaio Leite - Procurador Geral do Município.*

Já no Despacho constante na página 73 do Departamento Financeiro da Educação ao Gabinete do Secretário, esclarece-se alguns aspectos não considerados por aquele Órgão de Controle quando da sua análise.

Cabe frisar que o Órgão de Controle interno se limitou a dizer “que o ETP praticamente em sua totalidade espelho o TR”, entretanto destacam que esse instrumento de Estudo serve de base para a elaboração do Termo de Referência. Vale ressaltar ainda que ficou evidenciado que o Órgão de Controle Interno não considerou elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar elaborado por esta Secretaria, com os quais são indispensáveis para a elaboração deste artefato, segundo a Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, notas técnicas SGE 01/2015 e 06/2023, do Tribunal de contas do Estado do Rio de Janeiro.

Como o Município de Saquarema não possui Ato Normativo que trata de elaboração de Estudos Técnicos, tentou se enquadrar nos requisitos obrigatórios elencados no art. 77º, §2º da IN 40/2020.

Para suposto atendimento ao Inciso IV, art. 7, da IN nº 40/2022, justificou-se que analisando as alternativas disponíveis e que atendam às necessidades da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada pela Equipe de Planejamento da Contratação é a locação de dispositivos educacionais, de acordo com as especificações capazes de atender aos requisitos de negócio.

Após novo despacho, fl. 77, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia, mediante os esclarecimentos e justificativas da equipe de planejamento (fls. 74 a 77), solicita, portanto, a realização da pesquisa de preço e elaboração do quadro comparativo.

Os fornecedores consultados foram:

- Amaratech (e-mail enviado dia 30/08/2023 – 10:59)
- MTR2TECH (e-mail enviado dia 30/08/2023 – 11:00)
- V3brasil (e-mail enviado dia 30/08/2023 – 11:00)
- Inforr (e-mail enviado dia 30/08/2023 – 11:00)
- jdinfoecom (e-mail enviado dia 30/08/2023 – 11:01)
- solinfo (e-mail enviado dia 30/08/2023 – 11:02)

- rcinfonet.com.br (e-mail enviado dia 30/08/2023 – 11:03)

- Charltowb (e-mail enviado dia 30/08/2023 – 11:04)

De todos os pedidos de orçamento, as respostas obtidas foram das seguintes empresas:

MTR2 – Última empresa contratada, com o mesmo objeto, pela Prefeitura de Saquarema, com um valor final de R\$ 62.330.431,92 (sessenta e dois milhões, trezentos e trinta mil, quatrocentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos, ainda que com todos os equipamentos já amortizados no contrato anterior, no período de 04 (quatro) anos), superfaturamento a estimativa.

Observa-se que na folha 28 do volume 1, subitem 4.2.3.3.1, a taxa de depreciação fiscal dos equipamentos de TI é de 20% a.a, conforme LALUR (sigla para Livro de Apuração do Lucro real). A empresa vencedora ainda que com os equipamentos depreciados, em contratação anterior com a própria prefeitura, e sob a expectativa de mantê-los por mais 04 (anos) anos, ainda fechou uma proposta final no valor global de R\$ 43.229.420,00 (quarenta e três milhões duzentos e vinte e nove mil quatrocentos e vinte reais), trazendo ônus para a Administração.

AMARATECH – CNPJ: 47.165.306/0001-61 – apresentou proposta com um valor final de R\$ 64.190.771,88 (sessenta e quatro milhões, cento e noventa mil, setecentos e setenta e um reais e oitenta e oito centavos).

V3 BRASIL LTDA – CNPJ: 46.920.132/0001-32, sediada em Goiânia-GO – apresentou proposta com um valor final de R\$ 66.530.585,40 (sessenta e seis milhões, quinhentos e trinta mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos). Cujo objeto social nem é pertinente à pretensa licitação, ou seja, não se trata de fornecedor em potencial.

InfoRR – Empresa sediada em Boa Vista – RR, apresentou proposta com um valor final de R\$ 64.296.480,00 (sessenta e quatro milhões, duzentos e noventa e seis mil e quatrocentos e oitenta reais). Sem estrutura física e lógica para o desenvolvimento dos requisitos técnicos mínimos constates no TR.

No mapa comparativo constante na folha 123 (identificada como 124 no PA 12529/23, consta a seguinte observação: Os itens deste processo não puderam ser cotados no Banco de Preços, pois de acordo com as especificações técnicas fornecidas no termo de referência, não foram encontradas.

Já, a partir desta informação, denota-se não se tratar de um serviço de natureza “comum”, conforme definido no ETP e TR. Contudo, será prosseguido o raciocínio.

Segundo a justificativa para a realização de pregão presencial é a opção pela modalidade de pregão presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à

contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade. Dentre as alegações mais comuns indicadas como impeditivas para a utilização do pregão na modalidade presencial, pode-se apontar:

O pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos da modalidade eletrônica e aumentariam seus custos.

Nota-se que já para a abertura do Processo, tiveram-se propostas insustentáveis, com fornecedores que nem participaram da licitação, que não atuam no ramo objeto do certame, inexistindo inúmeras empresas capacitadas a participarem de um Processo Regional e Presencial, havendo prejuízo a competitividade.

A justificativa da contratação deve contemplar de fato e de direito, razões que fundamentam a demanda, apontando seus benefícios, o que não ocorreu na presente licitação.

Inicialmente, consideram-se bens e serviços comuns, para efeito deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

No caso concreto trata da locação de chromebooks vinculados a uma série de requisitos tecnológicos, tais como gerenciamento, rede, estrutura, dashboard, ou seja, tantos recursos, que o descaracterizam como objeto de natureza comum, conforme discriminado no próprio mapa comparativo constante na folha 123 (identificada como 124 no PA 12529/23).

Considerando não se tratar de uma contratação de bens e serviços comuns, conforme Parágrafo único Art. 1º da Lei 10.520/02, a Lei 8.666/93 em seu art. 45, §4º, determina "Para contratação de bens e serviços de informática, a administração observará o disposto no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, levando em conta os fatores especificados em seu parágrafo 2º e adotando obrigatoriamente o tipo de licitação "técnica e preço", permitido o emprego de outro tipo de licitação nos casos indicados em decreto do Poder Executivo."

Carece de amparo legal a utilização da modalidade licitatória denominada pregão ou a utilização de sistema de registro de preços objetivando a contratação de empresa para execução de obras e serviços incomuns.

Diante de todo o exposto, nota-se que o Processo Administrativo, desde o início de sua elaboração, possui vícios insanáveis, não merecendo prosperar. Pelo contrário, de acordo com a Súmula 473/STF preceitua:

*"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".*

#### 4.2 – DAS IRREGULARIDADES CONSTANTES NA PROPOSTA VENCEDORA:

Sem muitas delongas, a Administração deixou de observar as seguintes falhas na proposta de preços da empresa vencedora:

- No Tipo 2, a empresa MTR2 não apresentou marca/modelo em sua proposta para o item 2, descreveu somente: SAMSUNG GO Licenças, onde a marca/modelo corretos seria: Samsung Galaxy Go 14" Intel Celeron N 4500.
- No catálogo apresentado para o item 02 nota-se o descumprimento do requisito técnico exigido: portas de leitores de cartões SDHC/SDXC/ Micro SD, onde a empresa arrematante ofertou equipamento com slots de expansão de leitor de cartão multimídia Micro SD.

Logo, pelo não atendimento aos requisitos mínimos tecnológicos exigidos no Termo de Referência, a proposta da empresa arrematante deve ser desclassificada, evitando assim a frustração da competitividade e retomando a lisura do certame.

#### 4.3 – DA AUSÊNCIA DO REGISTRO OBRIGATÓRIO EM ENTIDADE COMPETENTE DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO.

Considerando que Princípio da Legalidade administrativa determina, que os administrados somente serão obrigados a fazer ou deixar de fazer junto à Administração Pública, sem seu consentimento, caso lei adequada assim o determine.

A Legalidade está no alicerce do Estado de Direito, no princípio da autonomia da vontade.

É um dos mais importantes para a Administração Pública.

Baseia-se no Art. 5º da CF, que diz que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, pressuposto de que tudo o que não é proibido, é permitido por lei.

Mas o administrador público deve fazer as coisas sob a regência da lei imposta. Portanto, só pode fazer o que a lei lhe autoriza. Ele não pode se distanciar dessa realidade, caso contrário será julgado de acordo com seus atos.

Considerando a resolução nº 053 de 18 de janeiro de 2019 do Conselho Federal dos Técnicos Industriais, a qual dispõe sobre a necessidade do registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Técnicos Industriais, em especial nos artigos 1º (TIPO I), artº. 3 e Art. 4º Parágrafo único, dos quais, a pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços e/ou obras, ou que exerça qualquer atividade ligada ao exercício profissional dos técnicos industriais.

Bem como prevê a Lei 8.666/93 em seu artigo 30 Inciso I:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

UBTECH COM. E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA 14.816.931/0001-77  
RUA MARIZ DE BARROS, N.º 629, SALA 102 - JD. 25 DE AGOSTO, DUQUE DE CAXIAS, RJ - CEP  
25.071-052



I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

Nesta consoante, ainda que haja o poder discricionário do Administrador Público, ele não pode, por mera vontade, deixar de cumprir o que está exposto na Lei. Não obstante, conforme o Decreto Lei nº 4.657/42, em seu artigo 3º: Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

No caso em tela, não se trata somente de um documento de habilitação, mas sim, a obrigatoriedade de registro de empresas no CRT, que tenham em seu objeto social a prestação ou execução de serviços, passível de caracterização de exercício ilegal da profissão.

A Administração não pode contratar empresas que não possuam o registro essencial para a efetiva prestação dos serviços.

Além a exigibilidade legal do Registro, dentro do prazo legal de 60 (sessenta) dias, para prestação de serviços de cunho técnico profissional dentro das atribuições estipuladas em sua resolução específica, apoiada na Lei 13.639/2018 e decreto regulamentador a empresa deve ser registrada, estar em dia com suas obrigações (registro Ativo e anuidades pagas), ter Técnico Responsável e quadro Técnico devidamente registrado neste CRT-RJ, assim como, suas obrigações devem estar em dia (registro Ativo e anuidades pagas). Logo, não é facultativo.

Somente 02 (duas) empresas possuíam o Registro no CRT-RJ, Órgão que regulamenta a prestação de serviços de equipamentos de informática. Nem a licitante vencedora apresentou. A questão independe da apresentação de documento para habilitação, mas sim de uma exigência mínima para que empresas que atuem no ramo de informática, para a prestação de serviços, estejam aptas a realizar os serviços indicados. Ou seja, dentre todos os fatores existentes, nenhuma empresa estava apta a participar da presente licitação, colocando a contratação em risco.

#### 4.4 – DO PEDIDO

Com base no art. 3º, caput, da Lei Federal n.º 8.666/1993, podemos identificar como princípios jurídicos que são aplicáveis às licitações:

LEGALIDADE; IMPESSOALIDADE; MORALIDADE; IGUALDADE; PUBLICIDADE; PROBIIDADE

ADMINISTRATIVA; VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO; E JULGAMENTO OBJETIVO.

Vejamos:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade,*

*da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (Grifos nossos)*

Boa parte desses preceitos já se encontra consubstanciada no art. 37 da Constituição Federal.

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (...).” Os princípios são regras que servem de interpretação das demais normas jurídicas, apontando os caminhos que devem ser seguidos pelos aplicadores da lei. Os princípios procuram eliminar lacunas, oferecendo coerência e harmonia para o ordenamento jurídico.*

O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE representa uma garantia para os administrados, pois, qualquer ato da Administração Pública somente terá validade se respaldado em lei, em sua acepção ampla. Representa um limite para a atuação do Estado, visando à proteção do administrador em relação ao abuso de poder. O Princípio da Legalidade é uma das maiores garantias para os gestores frente o Poder Público. Ele representa total subordinação do Poder Público à previsão legal, visto que, os agentes da Administração Pública devem atuar sempre conforme a lei.

**Sabedores do empenho e compromisso desta Administração com o presente certame, necessário esclarecer que de todo modo, o dever da autotutela deve prevalecer, sob pena de perpetuar atos ilegais e potencialmente ampliar os prejuízos públicos envolvidos.**

Isto posto, fica claro que o descumprimento do princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório implica na ilegalidade de todo os atos praticados no processo licitatório, por ser impossível sanar esse vício em momento posterior.

Em face do exposto, e, com base nos argumentos acima invocados, legislações, posicionamento doutrinários e jurisprudências citados, **REQUER** na forma da Lei, o **acolhimento e provimento do presente RECURSO ADMINISTRATIVO**, e, por consequência seja REFORMADA A DECISÃO DESTA RESPEITÁVEL COMISSÃO DE LICITAÇÃO, a fim de que:

**I – O PROCESSO LICITATÓRIO SEJA ANULADO, TENDO EM VISTA QUE O EDITAL CONTÉM VICIOS QUE NÃO PODEM SER CORRIGIDOS;**

Caso o pedido acima não seja acatado pela Administração Pública Municipal, requeremos também que: **II – SEJA ANULADO O ATO QUE DECLAROU A EMPRESA MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, por não atender na íntegra às exigências constantes no edital, frustrando o princípio de vinculação ao instrumento convocatório e a competitividade do certame.

UBTECH COM. E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA 14.816.931/0001-77  
RUA MARIZ DE BARROS, N.º 629, SALA 102 - JD. 25 DE AGOSTO, DUQUE DE CAXIAS, RJ -CEP  
25.071-052

430021  
8

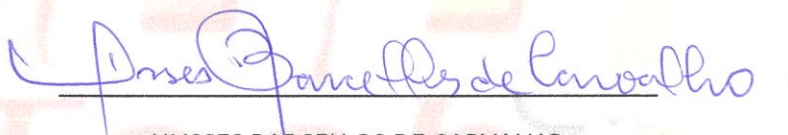
Acaso seja mantida a decisão recorrida, sem o provimento do presente recurso, o que se admite apenas por cautela que seja remetido o processo devidamente instruído com o presente recurso, à autoridade hierárquica superior, conforme estabelece o artigo 109, § 4º, observando-se o disposto no § 3º, ambos do Estatuto das Licitações – Lei Federal n.º 8.666/93/93, em aplicação subsidiária.

Seja provido, em todos os seus termos, o presente recurso, e em razão disso, atendidos os seus pedidos, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a legalidade e a ampla defesa.

Por fim, seja devidamente motivada a decisão tomada, caso se entenda pela extinção do processo, por qualquer das formas previstas em lei, devendo o julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas.

Nestes Termos, pede e espera deferimento.

Saquarema – RJ, 18 de Outubro de 2023.



ULISSES BARCELLOS DE CARVALHO

SÓCIO COTISTA

CPF: 036.026.397-62

**14.816.931/0001-77**  
UBTECH COMERCIO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA  
R Mariz e Barros 629 Apt 102  
Duque De Caxias - Cep: 25.071-062  
Rio de Janeiro - RJ



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

Nome: **ULISSES BARCELLOS DE CARVALHO**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: **1023611281FFRJ**

CPF: **036.026.397-62** DATA NASCIMENTO: **28/07/1973**

FILIAÇÃO: **EXPEDITO PEDRO DE CARVALHO**  
**MARIA JOSE BARCELLOS**

PERMISSÃO: **ACC** CAT. HAB: **AD**

Nº REGISTRO: **00043331304** VALIDADE: **24/09/2024** 1ª HABILITAÇÃO: **18/01/1995**

OBSERVAÇÕES

Assinatura do Portador: *Ulisses Barcellos de Carvalho*

LOCAL: **RPT DUQUE DE CAXIAS, RJ** DATA EMISSÃO: **08/10/2019**

Assinatura do Emissor: *Maria Codina Dutra*

68460408443  
RJ930504828

**RIO DE JANEIRO**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1941284465

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1941284465

90-2016/174462-1 07/11/2016 15:10  
JUCERJA Guia: 101946043  
3320916080-0 Ato: 106  
PHTECH COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA E INFORMATICA LTDA ME  
Protocolo: 00-2016/174462-1 - 03/05/2016  
Certificado de Definitividade em 08/11/2016, E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
E DATA ABAIXO.

3-2016/174462-1 03 mai 2016 11:36  
JUCERJA Guia: 10194604-3  
120916080-0 Ato: 106  
PHTECH COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA

3-2016/174462-1 15 ago 2016 11:32  
JUCERJA Guia: 101946043  
3320916080-0 Ato: 106  
PHTECH COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA E INFORMATICA LTDA ME  
Protocolo: 00-2016/174462-1 - 03/05/2016  
Certificado de Definitividade em 08/11/2016, E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
E DATA ABAIXO.

## 1- REQUERIMENTO

ILM SR. PRESIDENTE DA JUNTA COM

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: UBTECH COMERCIO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA ME

Nire: 3320916080-0

Protocolo: 00-2016/174462-1 - 03/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/11/2016, E O REGISTRO SOB O NÚMERO

E DATA ABAIXO.

00002969897

DATA: 08/11/2016

Bernardo F. S. Barwanger

SECRETÁRIO GERAL

VTO

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliado Comércio:

Nome: CLAUDES BARCELLOS DE CARVALHO

Assinatura: [Assinatura]

Telefone de contato: 021 2643-2597

## 2- USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(is) igual(is) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência.

(Vide despacho ou folha anexo).

Processo indefido. Publique-se e archive-se.

Processo indefido. Publique-se.

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.

(Vide despacho ou folha anexo).

☐ Processo indefido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indefido. Publique-se.

OBSERVAÇÕES:

L.5 Studio Gráfico Ltda - Rua José dos Reis, 27 - Eng. Centro - CNPJ 42.210.899/0001-80 - Tel 554-6122 -

com 100 %.

Civil 139

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PHTECH COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA E INFORMATICA LTDA ME

Nome Novo: UBTECH COMERCIO E SOLUCOES TECNOLOGIA LTDA ME

Nire: 33209160800

Protocolo: 0020161744621 - 03/05/2016

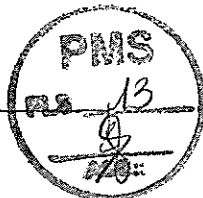
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 2CB65A261F31C9E77B158A568BE2C514FC5A58BC73B8A3194A579C2881C98356

Arquivamento: 00002969897 - 08/11/2016

Bernardo F. S. Barwanger

Secretário Geral



**"PHTECH Comércio e Serviços de Segurança e Informática Ltda Me"**  
NIRE nº 33.2.0916080-0  
CNPJ nº 14.816.931/0001-77  
**3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Pelo presente instrumento particular, **PEDRO HENRIQUE FELICIANO DA SILVA**, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 14/07/1982, residente e domiciliado à Rua Mariz e Barros, 629 – Jardim 25 de Agosto – Duque de Caxias - RJ, Cep: 25075-281, portador da carteira de identidade nº 124983495 expedida pelo IFP/RJ e do CPF nº 088.800.087-14; e

**ULISSES BARCELLOS DE CARVALHO**, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, solteiro, empresário, nascido em 28/07/1973, residente e domiciliado à Rua Francisco Alves, 215 Apto 101 – Parque Boa Vista I – Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-420, portador da CNH nº 00043331304 expedida pelo DETRAN/RJ e CPF nº 036.026.397-62;

Únicos sócios quotistas da empresa "PHTECH Comércio e Serviços de Segurança e Informática Ltda Me", estabelecida à Rua Raymundo Leoni Santos, s/n Lt10 Qd03 - Nancilândia - Itaboraí - RJ, CEP: 24801-080, inscrita no CNPJ sob o nº 14.816.931/0001-77, devidamente registrada na JUCERJA sob nº 3320916080-0 em sessão de 02/01/2012, RESOLVEM de comum acordo, e na melhor forma de direito, alterar contrato social, mediante as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

**DA REDUÇÃO CAPITAL**

**I** – Os sócios, de comum acordo, resolvem reduzir o capital social da empresa de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), divididos em 1.000.000 (um milhão) de quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, para R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), divididos em 300.000 (trezentos mil) quotas no valor R\$ 1,00 (um real) cada, em virtude da impossibilidade de aporte no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para integralização do aumento do capital social firmado na 2ª alteração contratual.

**Parágrafo Único** – A integralização no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para aumento do capital social não foi consolidada por falta de disponibilidade de caixa da empresa e recursos dos sócios.

**II** – Em consequência das alterações anteriores o capital social fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

| Quotistas                         | Quotas  | Valor          | Percentual |
|-----------------------------------|---------|----------------|------------|
| PEDRO HENRIQUE FELICIANO DA SILVA | 270.000 | R\$ 270.000,00 | 90%        |
| ULISSES BARCELLOS DE CARVALHO     | 30.000  | R\$ 30.000,00  | 10%        |
| Total                             | 300.000 | R\$ 300.000,00 | 100%       |

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: PHTECH COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA E INFORMATICA LTDA ME  
Nome Novo: UBTECH COMERCIO E SOLUCOES TECNOLOGIA LTDA ME  
Nire: 33209160800  
Protocolo: 0020161744621 - 03/05/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 2CB65A261F31C9E77B158A568BE2C514FC5A58BC73B8A3194A579C2881C98356  
Arquivamento: 00002969897 - 08/11/2016

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

### DO QUADRO SOCIETÁRIO

III – Retira-se da sociedade o sócio **PEDRO HENRIQUE FELICIANO DA SILVA**, acima qualificado, que cede e transfere neste ato a totalidade de suas quotas de capital social que possua no total de 270.000 (duzentos e setenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo a importância de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), sendo 255.000 (duzentos e cinquenta e cinco mil) quotas para o sócio **ULISSES BARCELLOS DE CARVALHO**, já acima qualificado, e

15.000 (quinze mil) quotas para o novo sócio, ora admitido, **WEBERTH TELLES PEREIRA**, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, solteiro, empresário, nascido em 27/03/1994, portador da CNH n.º 05974084981 expedida pelo DETRAN/RJ e CPF n.º 129.006.607-85, residente e domiciliado à Rua Francisco Alves, N.º 101 – Parque Boa Vista I – Duque de Caxias – RJ, CEP: 25.085-420.

**Parágrafo Primeiro:** Pela cessão de cotas acima mencionadas, as partes dão ampla, recíproca, geral e irrevogável quitação quanto ao pagamento das cotas, para nada mais reclamarem entre si em qualquer tempo ou lugar.

**Parágrafo Segundo:** As cessões e transferências ora feitas de quotas de capital social digne, o são feitas pelo seu valor nominal e, moeda corrente, com plena, rasa e geral quitação, reciprocamente e extensiva à sociedade;

IV – Em consequência das cláusulas anteriores o capital social fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

| Quotistas                            | Quotas         | Valor                 | Percentual  |
|--------------------------------------|----------------|-----------------------|-------------|
| <b>ULISSES BARCELLOS DE CARVALHO</b> | <b>285.000</b> | <b>R\$ 285.000,00</b> | <b>95%</b>  |
| <b>WEBERTH TELLES PEREIRA</b>        | <b>15.000</b>  | <b>R\$ 15.000,00</b>  | <b>5%</b>   |
| <b>Total</b>                         | <b>300.000</b> | <b>R\$ 300.000,00</b> | <b>100%</b> |

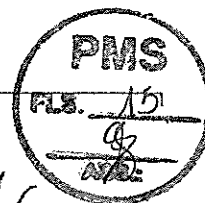
### DO ENDEREÇO DA SEDE

V – A empresa terá sua sede transferida para Rua Mariz Barros, n.º 629, Apt 102, Jardim Vinte Cinco de Agosto, Duque de Caxias, RJ, CEP 25.071-052, (ponto de referência, sem exercício da atividade no local).

### DO OBJETO SOCIAL

VI – A sociedade acrescentará ao seu objeto social as seguintes atividades:

- Comércio atacadista de artigo de escritório e de papelaria;
- Comércio atacadista produtos alimentícios em geral;



- Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico hospitalar, partes e peças;
- Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
- Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada;
- Comércio atacadista de produtos odontológicos;
- Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho;
- Serviços telemarketing;
- Aluguel de material médico;
- Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios;
- Instalação de equipamentos médicos e odontológicos;
- Recarga de cartuchos para equipamentos de informática;
- Impressão de material para uso publicitário;

#### DA RAZÃO SOCIAL E NOME FANTASIA

VII - A denominação social passa a ser "**UBTECH COMÉRCIO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA ME**" e utilizará como nome fantasia "**UBTECH SOLUÇÕES**".

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

#### CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

#### "UBTECH COMÉRCIO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA ME"

**ULISSES BARCELLOS DE CARVALHO**, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, solteiro, empresário, nascido em 28/07/1973, residente e domiciliado à Rua Francisco Alves, nº 215 Apto 101 - Parque Boa Vista I - Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-420, portador da CNH nº 00043331304 expedida pelo DETRAN/RJ e CPF nº 036.026.397-62; e

**WEBERTH TELLES PEREIRA**, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, solteiro, empresário, nascido em 27/03/1994, portador da CNH nº 05974084981 expedida pelo DETRAN/RJ e CPF nº 129.006.607-85, residente e domiciliado à Rua Francisco Alves, Nº 101 - Parque Boa Vista I - Duque de Caxias - RJ, CEP: 25.085-420.

Bernardo F. S. Barwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: PHTECH COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA E INFORMATICA LTDA ME  
Nome Novo: UBTECH COMERCIO E SOLUCOES TECNOLOGIA LTDA ME  
Nire: 33209160800  
Protocolo: 0020161744621 - 03/05/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 2CB65A261F31C9E77B158A568BE2C514FC5A58BC73B8A3194A579C2881C98356  
Arquivamento: 00002969897 - 08/11/2016

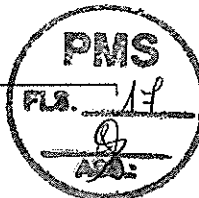
Únicos sócios da empresa "UBTECH COMÉRCIO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA ME", estabelecida à Rua Mariz Barros, nº 629, Apt 102, Jardim Vinte Cinco de Agosto, Duque de Caxias, RJ, CEP 25.071-052, inscrita no CNPJ sob o nº 14.816.931/0001-77, devidamente registrada na JUCERJA sob nº 3320916080-0 em sessão de 02/01/2012, RESOLVEM de comum acordo, consolidar o contrato social da sociedade nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira** – A sociedade gira sob a denominação social de "UBTECH COMÉRCIO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA ME", e utilizará como nome fantasia "UBTECH SOLUÇÕES", tendo seu estabelecimento à Rua Mariz Barros, nº 629, Apt 102, Jardim Vinte Cinco de Agosto, Duque de Caxias, RJ, CEP 25.071-052, (ponto de referência, sem exercício da atividade no local).

**Cláusula Segunda** – A sociedade iniciou suas atividades em 02/01/2012 e seu prazo de duração é indeterminado.

**Cláusula Terceira** – A sociedade tem por objetivo social o ramo de:

- 1) Comércio varejista de equip e suprimentos de informática, equipamentos de segurança, eletrônicos, produtos de papelaria, móveis para escritórios e materiais de construção;
- 2) Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas;
- 3) Comércio varejista de artigos de armário;
- 4) Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios;
- 5) Comércio varejista de materiais de construção em geral;
- 6) Comércio varejista de móveis;
- 7) Comércio varejista e instalação de vidros;
- 8) Comércio atacadista de produtos hospitalares.
- 9) Comércio varejista de artigo de escritório e de papelaria;
- 10) Comércio varejista de roupas e acess para uso profissional e de segurança do trabalho;
- 11) Comércio varejista de produtos alimentícios em geral;
- 12) Comércio varejista, instalação e manutenção de ar condicionados;
- 13) Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- 14) Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico hospitalar, partes e peças;
- 15) Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
- 16) Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada;
- 17) Comércio atacadista de produtos odontológicos;
- 18) Comércio atacadista de roupas e acess para uso profissional e de segurança do trabalho;
- 19) Serviços de instalação, reparação e manutenção equipamentos de informática, de segurança, eletrônicos e periféricos;
- 20) Serviços de monitoramento de vídeos e alarmes;
- 21) Serviços de limpeza e conservação de ruas, prédios, caixas de água e gordura dentre outras atividades de limpeza e conservação;



*[Handwritten signature]*

05

- 22) Serviços telemarketing;  
23) Locação de máquinas, equipamentos de informática, câmeras, eletrônicos e periféricos;  
24) Locação de máquinas e equipamentos para construção com e sem operador;  
25) Locação de automóveis com e sem motorista;  
26) Aluguel de material médico;  
27) Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios;  
28) Instalação de equipamentos médicos e odontológicos;  
29) Recarga de cartuchos para equipamentos de informática;  
30) Limpeza de ralos, esgotos e galerias de águas pluviais;  
31) Instalação de portas, janelas, tetos e armários embutidos;  
32) Instalação e manutenção elétrica;  
33) Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;  
34) Construção e reforma de edifícios residenciais e comerciais;  
35) Desenvolvimento e comércio de softwares;  
36) Fabricação e instalação de letreiros luminosos e outdoors;  
37) Impressão de material para uso publicitário;  
38) Sinalização com pintura e instalação de placas em rodovias e aeroportos;  
39) Transporte rodoviário de cargas, exceto cargas perigosas;

**Cláusula Quarta** - O Capital Social é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) divididos em 300.000 (trezentos mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país, assim distribuídos entre os sócios:

| Quotistas                     | Quotas  | Valor          | Percentual |
|-------------------------------|---------|----------------|------------|
| ULISSES BARCELLOS DE CARVALHO | 285.000 | R\$ 285.000,00 | 95%        |
| WEBERTH TELLES PEREIRA        | 15.000  | R\$ 15.000,00  | 5%         |
| Total                         | 300.000 | R\$ 300.000,00 | 100%       |

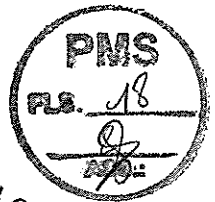
**Parágrafo Único** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas sociais, porém todos respondem pela integralização do capital social;

**Cláusula Quinta** - A administração da sociedade será exercida pelo sócio WEBERTH TELLES PEREIRA, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo necessário a assinatura em conjunto para fins de empréstimos e financiamentos, e vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais, nos termos do art. 1.064 da Lei nº 10.406/2002.

*[Handwritten signature]*  
43651-1

*[Handwritten signature]*  
Bernardo F. S. Barwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: PHTECH COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA E INFORMATICA LTDA ME  
Nome Novo: UBTECH COMERCIO E SOLUCOES TECNOLOGIA LTDA ME  
Nire: 33209160800  
Protocolo: 0020161744621 - 03/05/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 2CB65A261F31C9E77B158A568BE2C514FC5A58BC73B8A3194A579C2881C98356  
Arquivamento: 00002969897 - 08/11/2016



19  
2  
6

**Cláusula Sexta** – A título de “pró-labore”, os sócios quotistas, poderão retirar para as suas despesas particulares uma importância mensal que poderá variar até o limite máximo permitido pela legislação do Imposto de Renda, para serem levadas à conta de despesas gerais, de acordo com as possibilidades econômico-financeira que a sociedade o permitir;

5134866

**Cláusula Sétima** – Ao fim de cada ano civil, se levantará o inventário do Ativo e Passivo e os respectivos balanços e os Lucros ou Prejuízos, serão distribuídos ou levantados, na proporção do valor das quotas de cada um, importância essas que poderão ser levantadas se ou no tanto quanto a situação econômico-financeira que a sociedade o permitir;

**Parágrafo Único** – Os sócios poderão antecipar lucros e dividendos de acordo com as possibilidades econômico-financeira que a sociedade o permitir, devendo ser acordado entre as partes os respectivos limites e valores.

**Cláusula Oitava** – As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento da sociedade cabendo, em igualdade de preços e condições, o direito da preferência ao sócio que queira adquiri-las, no caso de algum quotista pretender ceder as que possui;

**Cláusula Nona** – No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar o outro, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e seus haveres lhe serão reembolsados na modalidade que se estabelece na cláusula nona deste instrumento;

**Cláusula Décima** – Em caso de morte, insolvência ou falência, de qualquer dos quotistas, a sociedade não se dissolverá ou se extinguirá, cabendo ao sócio remanescente determinar o levantamento de um balanço especial da data do falecimento ocorrido. Os herdeiros do pré-morto deverão, em 90 (noventa dias) da data do balanço especial manifestar a sua vontade de serem integrados a sociedade, recebendo os direitos e as obrigações contratuais do pré-morto, ou então, receberão a todos os seus haveres, apurados até o balanço especial, sendo que as condições de ingresso dos herdeiros na sociedade ou da liquidação de seus direitos e obrigações em relação a sociedade, poderão ser de acordo com o convencionado entre eles;

**Cláusula Décima-Primeira** – Em caso de liquidação ou dissolução da sociedade, o quotista sócio-gerente elegerá o liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação, ou por outra forma permitida pela legislação vigente;

**Cláusula Décima-Segunda** – Qualquer ação fundada neste contrato, será proposta no Foro da Comarca de Duque de Caxias, ou outro porventura eleito pelos quotistas;

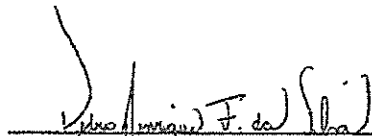
**Cláusula Décima-Terceira** – Os sócios declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos Públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, conta as relações e consumo, fé pública, ou a propriedade.

Handwritten signature and initials.

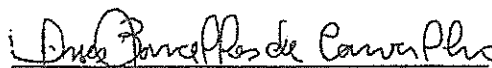
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: PHTECH COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA E INFORMATICA LTDA ME  
Nome Novo: UBTECH COMERCIO E SOLUCOES TECNOLOGIA LTDA ME  
Nire: 33209160800  
Protocolo: 0020161744621 - 03/05/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 2CB65A261F31C9E77B158A568BE2C514FC5A58BC73B8A3194A579C2881C98356  
Arquivamento: 00002969897 - 08/11/2016

E, assim, justas e contratadas as partes, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual valor e teor para os mesmos fins, obrigando-se por si herdeiros e sucessores a bem fielmente cumprirem e fazer cumprir o que aqui pactuaram, tudo na presença de 2 (duas) testemunhas, que também, as firma para os fins de direito. Outrossim, declaram sob as penas da Lei, que não estão incurso em nenhum crime que os impeçam de exercer a atividade mercantil.


  
**PEDRO HENRIQUE FELICIANO DA SILVA**

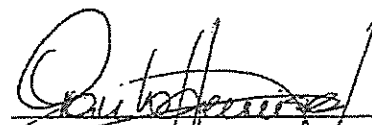
Duque de Caxias, 27 de Outubro de 2016.

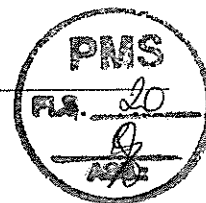
  
**ULISSES BARCELLOS DE CARVALHO**

  
**WEBERTH TELLES PEREIRA**

TESTEMUNHAS:

  
Wemerson Souza da Silva  
Identidade: 20.795.601-2 DETRAN/RJ  
CPF: 103.673.987-29

  
Paulo Rogério Colírcia Henriques  
RG: 09.332.440-8 IFP/RJ  
CPF: 025.368.517-61



00-2016/174462-1 07 nov 2016 15:10

JUCERJA

Guia: 101946043

3320916080-0

Atos: 106

PHTECH COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA E INFORMATICA LTDA ME

HASH: N16111744621S

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 176,00 Pago: 176,00  
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00

ULT. ARQ.: 00002638113 24/06/2014 105



5134888

3º Ofício de Justiça  
RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR  
Rua Carlos de Porto Alegre, 22 - 11º. e 12º. Andares - Duque de Caxias - RJ - Fone: (21) 2771-3223 / 2672-1443  
Reconhecido por Autenticidade a(s) Títul(a) de  
\* 78656: PEDRO HENRIQUE FELICIANO DA SILVA  
\* 95868: WEDERTH TELLES PEREIRA  
D. de Caxias, 4/11/2016  
Angela Maria Rotta Mauri Silva/Mat. 94/12880 - R\$ 14,28  
EBUN54019 LVH, EBUN54018 HAK  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



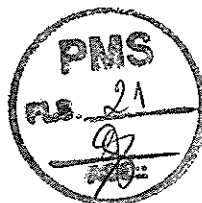
3º Ofício de Justiça  
RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR  
Rua Carlos de Porto Alegre, 22 - 11º. e 12º. Andares - Duque de Caxias - RJ - Fone: (21) 2771-3223 / 2672-1443  
Reconhecido por Autenticidade a(s) Títul(a) de  
\* 95869: ULISSES DARCELLUS DE CARVALHO  
D. de Caxias, 4/11/2016  
Angela Maria Rotta Mauri Silva/Mat. 94/12880 - R\$ 7,14  
EBUN54020 XGZ  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: PHTECH COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA E INFORMATICA LTDA ME  
Nome Novo: UBTECH COMERCIO E SOLUCOES TECNOLOGIA LTDA ME  
Nire: 33209160800  
Protocolo: 0020161744621 - 03/05/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 2CB65A261F31C9E77B158A568BE2C514FC5A58BC73B8A3194A579C2881C98356  
Arquivamento: 00002969897 - 08/11/2016

Presidência da República  
Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



5434899

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME**

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

A Sociedade **UBTECH COMÉRCIO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, estabelecida na RUA MARIZ BARROS, 629, APT. 102, JARDIM VINTE CINCO DE AGOSTO, DUQUE DE CAXIAS, RJ, CEP: 25071052, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 315 Descrição do Ato: ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

DUQUE DE CAXIAS - RJ, 27 de Outubro de 2016

Sócio: ULISSES BARCELLOS DE CARVALHO

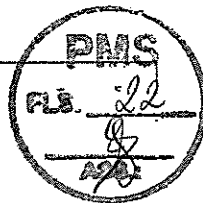
Sócio: WEBERTH TELLES PEREIRA

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

|                             |                      |
|-----------------------------|----------------------|
| DEFERIDO EM ____/____/____. | Etiqueta de registro |
|-----------------------------|----------------------|

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: PHTECH COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA E INFORMATICA LTDA ME  
Nome Novo: UBTECH COMERCIO E SOLUCOES TECNOLOGIA LTDA ME  
Nire: 33209160800  
Protocolo: 0020161744621 - 03/05/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 2CB65A261F31C9E77B158A568BE2C514FC5A58BC73B8A3194A579C2881C98356  
Arquivamento: 00002969897 - 08/11/2016

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



5134860

3º. Ofício de Justiça  
RAFAELA OLIMARI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR  
Nº de Contas do Estado Novo: 24.118.488-8 - Inscrição: 25 de Agosto - Órgão de Classe: RJ - Fone: (21) 2711-3251 / 2672-1479  
RECORDEDO POR AUTENTICIDADE 2(5) TITULA(5) DE  
\* 95868: WEBERTH TELLES PEREIRA  
\* 95869: ULISSES BARCELLOS DE CARVALHO  
B. de Carias, 4/11/2016  
Angela Maria Gotta Mauri Silva/Rzf.94/12088 - 24.14.28  
EDUN55844 RZB; EDUN55843 CAR  
Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: PHTECH COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA E INFORMATICA LTDA ME  
Nome Novo: UBTECH COMERCIO E SOLUCOES TECNOLOGIA LTDA ME  
Nire: 33209160800  
Protocolo: 0020161744621 - 03/05/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 2CB65A261F31C9E77B158A568BE2C514FC5A58BC73B8A3194A579C2881C98356  
Arquivamento: 00002969897 - 08/11/2016

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Assunto: **recurso**  
De: Licitação Saquarema <licitacao@saquarema.rj.gov.br>  
Para: <faturamento@mtr2tech.com>  
Responder para <licitacao@saquarema.rj.gov.br>  
Responder para <licitacao@saquarema.rj.gov.br>  
Data: 19/10/2023 14:18




- RECURSO - 19326-23 - UBTECH -.pdf (~2.7 MB)

Prezados, boa tarde!

Segue anexo recurso administrativo apresentado pela empresa **UBTECH COMÉRCIO E SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA**, para ciência e manifestação em contrarrazões, se for de vosso interesse.

Favor notificar o recebimento do mesmo. A confirmação do recebimento pode ser enviada por e-mail - [licitacao@saquarema.rj.gov.br](mailto:licitacao@saquarema.rj.gov.br).

 Agradecemos a compreensão.

Atenciosamente,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
Rua Coronel Madureira - 77 - CENTRO - SAQUAREMA/RJ  
CEP: 28990-756  
Tel.: (22) 2655 - 6400 R.215.  
Nosso e-mail: [licitacao@saquarema.rj.gov.br](mailto:licitacao@saquarema.rj.gov.br)

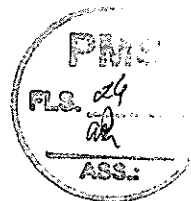




Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO



## RESPOSTA AO RECURSO INTERPOSTO

PROCESSO Nº 19326/23 DE 18/10/2023

PROCESSO DE ORIGEM Nº 12529/2023 – P.P. Nº 056/2023

DO: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PARA: UBTECH COMERCIO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA.

**ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE DISPOSITIVOS EDUCACIONAIS CHROMEBOOKS, CARRRINHOS DE RECARGA E PAINEL INTERATIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA.**

Trata-se de recurso administrativo, apresentado pela **UBTECH COMERCIO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 14.816.931/0001-77, contra a decisão do Pregoeiro de **HABILITAR A MTR2 no Pregão Presencial nº 056/2023**, por considerar falho o **Estudo Técnico Preliminar, Ausência de Registro no CRT e descumprimento de requisito técnico exigido para o equipamento do item 2.**

## DA ADMISSIBILIDADE

Nós termos do **item 11 do Edital do Pregão Presencial nº 056/2023**. Declarado vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja a síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso. **Item 11.2 do Edital**, o encaminhamento das razões e eventuais contrarrazões deverá ser feito por escrito, com a devida representação da sociedade empresária e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Saquarema, na Rua Coronel João Bravo Madureira, nº 77 – Centro -Saquarema – RJ ou encaminhado para o endereço eletrônico [licitacao@saquarema.rj.gov.br](mailto:licitacao@saquarema.rj.gov.br), das 9:00h as 16:30 h, no horário oficial de Brasília-DF.

Com efeito, observa-se a tempestividade do pedido de recurso realizado pela empresa **UBTECH COMERCIO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA.**, no dia 18/10/2023, via e-mail, encaminhado ao Pregoeiro. Neste sentido, reconhecemos o requerimento feito pelo peticionante ao edital de licitação, ao qual passamos apreciar o mérito e nos posicionar.



## I - DA SOLICITAÇÃO

A recorrente motivou a intenção nos seguintes termos, aduzindo que: O estudo técnico preliminar não foi adequado para **Pregão nº 056/2023**, a empresa **MTR2** vencedora no certame, não apresentou o registro no **CRT** e descumpriu requisitos técnicos exigidos no item 2 da licitação. Que a comissão de licitação a habilitou indevidamente **MTR2**. **Que seja reformada a decisão do Pregoeiro que declarou como vencedora a MTR2TECH.**

## II - DA APRECIÇÃO DO MÉRITO

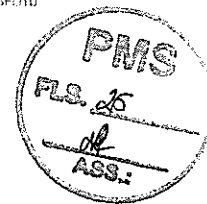
### 1- DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Em rasas linhas, o pregoeiro é o agente responsável pelo processamento da licitação na modalidade **Pregão**, atua desde a sessão de julgamento até o momento da adjudicação do objeto vencedor do certame.

Assim, de acordo com o panorama normativo que rege a matéria, a rigor, **cabe ao pregoeiro, atuar na fase externa do procedimento licitatório**, em especial: I - coordenar o processo licitatório; II - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; III - conduzir a sessão pública na internet; IV - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no ...

Não há como tecer comentários sobre temas que antecedem a fase da data do certame. Não constitui incumbência obrigatória da CPL, do pregoeiro ou autoridade superior realizar ou analisar pesquisa de preços, vista a complexidade de vários objetos licitados, dos setores ou pessoas competentes envolvidas na aquisição. Não por outra razão, o Plenário do Tribunal de Contas da União concluiu no **Acórdão nº 2.389/2006**, que **"o pregoeiro não pode ser responsabilizado por possíveis irregularidade em edital de licitação, já que sua elaboração não se insere no rol de competências que lhe foram legalmente atribuídas"**.

### 2- EXIGÊNCIA DE REGISTRO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE



Quanto ao questionamento da recorrente sobre a violação ao princípio da legalidade, quanto a **Qualificação Técnica**, desatender a Lei Federal nº 8666/93, art. 30, I – Registro relativo na entidade profissional competente e II – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com objeto da licitação.....,

No caso de licitação, não é pertinente a exigência de inscrição no **Conselho Regional de Técnicos Industriais**, que envolvam prestações de serviços terceirizados, na medida em que atividade-fim destas empresas não se relacionam diretamente com ações privativas destes técnicos. Somente atividade principal exercidas pelas empresas participantes devem se submeter a fiscalização e ao controle do respectivo **CRT(s)**. As demais, consideradas secundárias, portanto, exercida no domínio de sua estrutura interna, pois o objeto desta licitação é locação de equipamentos, não estando inserida nas atividades típicas de manutenção, o que poderá ser realizado por empresas terceirizadas. Ressalto que “a *jurisprudência do TCU se consolidou no sentido de que o registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica, previsto no art. 30, inciso I, da Lei 866/93, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação*”

**Acórdão 2769/2014-Plenário, TC 005.550/2014-9, relator Ministro Bruno Dantas, 15/10/2014.**

As Dúvidas acerca das Entidades Profissionais Competentes, com certeza continuaram e serão motivos para muitas Inabilitações, porém o TCU deixou bem claro qual é a linha de raciocínio, ou seja, “*deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação*”. Resta aos pregoeiros e as Comissões de licitação seguir as diretrizes do TCU e sempre optar pela atividade básica ou serviço preponderante.

**Acórdão 1884/2015 – Plenário – 07/04/2015 – Relator: Ministro Bruno Dantas**

A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica (art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993), deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação.

**Acórdão 5283/2016 2ª Câmara – 10/05/2016 – Relator: Ministro Vital do Rêgo**

A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, prevista no art. 30, inciso I, da **Lei 8.666/1993**, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação.

### 3- DAS IRREGULARIDADES NA PROPOSTA



A recorrente alega que a **MTR2** não informou na sua proposta marca e modelo, entretanto a própria recorrente informa que consta a marca **SANSUNG GO**, página 1633 do processo. Nas páginas 1643 a 1645 do processo se encontra catálogo com sumário do equipamento, **SANSUNG GO 14"**, não sendo procedente a alegação da recorrente.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, concluo que os argumentos trazidos a lume pela Recorrente em sua peça recursal se mostraram insuficientes para conduzir-me à reforma da decisão atacada.

Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, **CONHEÇO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **UBTECH COMERCIO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA.**, para, no **MÉRITO**, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão inicial do **Pregão nº 056/2023**. Em respeito, encaminho a **Subsecretaria de Ciência Tecnologia e Inovação da Educação** para parecer.

Saquarema, 19 de outubro de 2023.

SÉRGIO MAGNO BRAVO MONTEIRO  
PREGOEIRO - MAT. 961081

Sérgio Bravo  
PREGOEIRO  
MAT. 961081